



William Waack

## Bolsonaro beira o autoengano

**É** altíssima a probabilidade de Jair Bolsonaro ter a prisão decretada em futuro não distante. As duas linhas de defesa enfrentam barreiras formidáveis, e o principal problema é ele mesmo.

A defesa “técnica” acha que os inquéritos da Polícia Federal contêm erros de origem, como afirmar que a falsificação de cartões de vacina seria passo rumo ao golpe de Estado. Mas os investigadores apresentaram no caso específico dos cartões de vacinação um conjunto bem detalhado que vai dar trabalho para sua equipe de criminalistas.

No âmbito “técnico” a acusação de tentativa de golpe de

Estado, a defesa enfrenta depoimentos contundentes de ex-comandantes das Forças Armadas que falaram como testemunhas – pesam mais do que delações. Supõe-se que a PGR montará uma peça única de denúncia, compondo com os tais cinco eixos de atuação dos investigadores um “conjunto da obra”, que vai de joias e vacinas a golpe de Estado.

O lado “político” da defesa é igualmente complicado. Ela trata obviamente de consolidar a versão de que tudo não passaria de uma perseguição judicial movida pelos mesmos tribunais superiores que o impediram de governar e favoreceram Lula. Essa

versão não parece ter conquistado muito mais gente além do núcleo duro do bolsonarismo.

### As defesas ‘técnica’ e ‘política’ do ex-presidente enfrentam enormes obstáculos

A defesa “política” ensaia repetir exemplos históricos nos quais personagens políticos transformaram os tribunais que os julgavam em grandes plataformas de propagação de suas ideias, afirmando-se como profetas persegui-

dos. Para desempenhar esse papel falta a Bolsonaro principalmente a capacidade de formulação de um discurso razoavelmente coerente.

Pergunta óbvia é saber se uma provável prisão de Bolsonaro “engrandece” o personagem ou, ao contrário, o diminui como influente figura política. A resposta a essa questão especulativa depende em grande medida das investigações em curso – quanto mais politizadas, mais rápida a desmoralização delas, e uma “salvação” de Bolsonaro.

O problema para a defesa técnica é a notória incompetência e o amadorismo de Bolsonaro, que espalhou rastros

diantes dos elementos que se acumulam, o próprio ex-presidente parece dirigir as esperanças de seus seguidores para um outro tipo de esperança, que tem contornos de autoengano.

Se Lula foi condenado em três instâncias e o STF o devolveu ao Planalto, seria razoável acreditar, nessa versão, que uma virada de maré no ambiente político proporcionaria a um eventual condenado Bolsonaro destino similar, em nome de “pacificação” ou o que seja. Mas essa maré não parece estar surgindo. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR  
DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira (quizenalente) e Diogo Schelp • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalente) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

## Poderes

# Lira critica ações ‘midiáticas’ da PF; Dino, do STF, vai ao X para rebater

**Presidente da Câmara afirma que órgão não quer ‘trocar tiro com bandido’; ex-titular da Justiça defende investigação ‘bem feita’**

BRÁSILIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a Polícia Federal tenta se desviar do “foco” e não quer “trocar tiro com bandido”. Durante encontro com parlamentares e empresários na noite de anteontem, o deputado disse ainda que o combate ao crime organizado no Brasil é ineficaz. As críticas geraram reação incomum de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Flávio Dino, recém-empossado na Corte, entrou no debate político e contestou as afirmações de Lira.

No X (antigo Twitter), Dino afirmou que investigação “bem feita” enfrenta melhor o crime organizado do que “balas perdidas”. Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dino deixou o Ministério da Justiça – a quem a PF está vinculada – para assumir uma cadeira no Supremo.

Sua gestão no primeiro escalão do terceiro mandato de Lula foi marcada por sucessivos embates com apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em audiências públicas no Congresso e também na internet. Ao ser sabatinado no Senado – que aprovou sua indicação

para ministro do STF –, Dino prometeu deixar a vida política, incluindo manifestações nas redes sociais, e trabalhar pela “harmonia” entre os Poderes.

Foi durante um jantar da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, que reuniu congressistas e empresários, que Lira fez as críticas à PF e defendeu ação mais enérgica do Estado e uma integração entre as polícias para resolver os problemas da segurança pública no País. A corporação não quis se pronunciar sobre a fala do presidente da Câmara.

**‘INEFICAZ’.** “A Polícia Federal, que cumpre um papel institucional forte, muitas vezes tenta se desviar do foco – que é mais midiático. O combate ao tráfico de armas, ao tráfico de drogas e ao tráfico de seres humanos no Brasil é ineficaz, é ineficiente. Ninguém quer trocar tiro com bandido, o cara quer tocar ação que dê mídia, que não tenha resistência e que não faça força”, afirmou o presidente da Câmara.

A declaração foi dada em um momento de tensão no Congresso com diligências da PF. No fim de janeiro, deputados da oposição ao governo Lula começaram a coletar assinaturas para protocolar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dificulta a execução de operações da PF contra parlamentares nos gabinetes do Congresso. A medida foi uma resposta a ações que atingiram os deputados Carlos Jordy (PL-RJ) e Alexandre Ramagem

### Para lembrar

#### PEC dificulta operações policiais no Congresso

#### Assinaturas

Em janeiro, deputados da oposição ao governo Lula passaram a coletar assinaturas para protocolar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dificulta a execução de operações da Polícia Federal no Congresso

#### Reação

A medida foi uma resposta às ações policiais que, nos últimos dez dias, tinham atingido os deputados Carlos Jordy (PL-RJ) e Alexandre Ramagem (PL-RJ), aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro

**“O combate ao tráfico de armas, ao tráfico de drogas e ao tráfico de seres humanos no Brasil é ineficaz, é ineficiente. Ninguém quer trocar tiro com bandido, o cara quer tocar ação que dê mídia, que não tenha resistência e que não faça força”**

Arthur Lira (PP-AL)  
Presidente da Câmara

#### Proposta

A PEC, de autoria do deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), determina que mandados de busca e apreensão contra parlamentares somente poderão ser cumpridos após aval das mesas diretoras da Câmara dos Deputados ou do Senado

#### Reunião

As operações da PF contra parlamentares dentro do Congresso viraram o principal assunto da reunião de líderes partidários com o presidente da Câmara, Arthur Lira, ontem. No encontro, Jordy, que é líder da oposição na Casa, fez um apelo para que a entrada de policiais nos prédios do Legislativo seja limitada

(PL-RJ), aliados de Bolsonaro (mais informações nesta página).

Em junho do ano passado, a PF enviou ao Supremo a investigação sobre suspeita de fraudes e desvios de R\$ 8 milhões na compra de kits de robótica para escolas de Alagoas com verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FN-DE). O inquérito atingiu aliados de Lira, que não foi alvo da primeira fase da investigação.

**‘A ESMO’.** Em sua publicação na rede social, Dino defendeu o papel de polícia científica para a PF. “Os livros técnicos e a experiência mostram que uma investigação bem feita, com a atuação coordenada das poli-

cias e do Ministério Público, e a supervisão judicial cabível, faz mais pelo enfrentamento do crime organizado do que milhares de tiros a esmo e as famosas ‘balas perdidas’.”

No jantar com a frente parlamentar, Lira tratou da corporação após uma intervenção do empresário Luis Henrique Guimarães, presidente do conselho diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e conselheiro das empresas Cosan, Moove, Compass e Vale. “Na minha visão, hoje o maior detrimento ao investimento no Brasil não é a reforma tributária, não é a regulação – a gente pode melhorar em tudo isso –, mas é a segurança pública”, afirmou Guimarães na reunião.

**SAIDINHAS.** O presidente da Câmara defendeu a aprovação de um novo Código de Processo Penal e a proposta que acaba com as “saidinhas” no sistema prisional. Ontem, o projeto foi aprovado no Congresso após nova votação na Câmara (mais informações na pág. A18).

Na semana passada, Lira almoçou com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o secretário de Segurança Pública do Estado, Guilherme Derrite (PL), que foi exonerado temporariamente do cargo para reassumir o mandato de deputado e relatar o projeto que acaba com as “saidinhas”.

Questionado sobre a declaração, o presidente da Câmara afirmou ao **Estado** que, em sua fala, defendeu ações para combater o crime organizado no Brasil em resposta ao questionamento do empresário. Ele também disse durante o jantar que acredita que a segurança pública pautará o debate na eleição presidencial de 2026. ● DANIEL WETESMAN, JULIA CAMIM, IANDER PORCELLA E MARIANA CARNEIRO